

Globethics Repository

The logo for Globethics, featuring the word "Globethics" in white, sans-serif font centered within a solid blue rectangular background.

0 mercado precisa ser domesticado
[The market needs to be tamed]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

| | |
|---------------|---|
| Item Type | Article |
| Authors | Castel, Roberto |
| Publisher | Instituto Humanitas Unisinos - IHU |
| Rights | With permission of the license/copyright holder |
| Download date | 2026-06-23 20:31:18 |
| Link to Item | http://hdl.handle.net/20.500.12424/163317 |

Entrevista da Semana

"O MERCADO PRECISA SER DOMESTICADO"

Entrevista com Robert Castel

O prestigioso intelectual francês Robert Castel diz que, para solucionar as flagrantes desigualdades em matéria de segurança social, não se pode prescindir do Estado regulador nem do mercado. Essa idéia está em uma entrevista com Castel, publicada no jornal *Clarín*, 4-9-04, por ocasião da tradução espanhola do último livro dele que é **A insegurança social. O que significa estar protegido?** Robert Castel, filósofo e sociólogo, é diretor de Estudos na *École des Hautes Etudes en Sciences Sociales* (Paris). Participou junto com M. Foucault e com P. Bourdieu da criação da carreira de Sociologia em Paris. Pensador central da sociologia francesa atual, interessou-se, inicialmente, pela psiquiatria (publicou **A ordem psiquiátrica**. Rio de Janeiro: Graal, 1978; e **O psicanalismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1978). Hoje orienta seus estudos para a crise do Estado do bem-estar. Um clássico seu é o livro **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes. 1998.

Com um pé na sociologia e outro na filosofia, Robert Castel estudou o funcionamento das sociedades modernas. Seus primeiros trabalhos o localizam perto das problemáticas que, nos anos 1970, interessavam a seus colegas Michel Foucault e Gilles Deleuze, particularmente, a psiquiatria e a psicanálise. Mais recentemente, Castel dirigiu o olhar para outra grande problemática, que também interessou ao Foucault em seus últimos anos: a noção de risco. Neste marco, se inscreve seu último trabalho, **A insegurança social. O que significa estar protegido?**, que a Editora Manantial acaba de publicar na Argentina. Nele Castel aborda algumas das questões mais atuais e urgentes: a segurança, os novos riscos, a necessidade de novas proteções.

O ponto de partida do Castel é a distinção entre proteções civis (das pessoas, dos bens) e sociais (aposentadoria, seguros de saúde). Na sociedade pré-moderna, a segurança se apoiava nas relações de proximidade, como as comunidades camponesas ou as corporações. Com a modernidade, em troca, cada um é reconhecido por si mesmo, independentemente de sua pertença a um grupo. Entretanto, como o mostrou Thomas Hobbes no século XVII, uma sociedade de indivíduos não é propriamente uma sociedade. Sua situação se assemelha a essa guerra de todos contra todos que Hobbes chamou *estado de natureza*. Para pôr fim a estas lutas, é necessário criar o Estado. Este deve proteger seus habitantes, assegurar-lhes seus direitos individuais e liberá-los do medo e da insegurança. Uma sociedade de indivíduos só é possível em um Estado que os proteja.

O Estado, segundo Hobbes

O próprio Hobbes antecipou um das grandes paradoxos da segurança. A existência do Estado se justifica pela necessidade de brindar segurança, mas um Estado que persegue a segurança total se converte em um Estado absoluto. Exacerbada, a demanda de segurança pode pôr em risco a vida e os direitos dos indivíduos. Em um estado de direito, o Estado não pode ser protetor a qualquer preço. Um exemplo, segundo Castel, é a atual guerra contra o terrorismo. Poucas décadas depois do Hobbes, John Locke viu esta dificuldade e refez os termos do problema, partindo do indivíduo como proprietário e atribuindo ao Estado a função de proteger a propriedade. O direito de propriedade, que, para o Locke, começa pelo próprio corpo, põe limites ao Estado. Os homens, afirma, submetem-se a um Estado para que lhes garanta a propriedade que dá segurança a suas vidas. Não é casual que o direito de propriedade se

converteu em um dos direitos humanos, incluído na Declaração Universal dos Direitos do Homem.

A propriedade. Um conceito antropológico

Devemos recordar, talvez, que a propriedade, especialmente em seu sentido moderno, não é nem originária nem exclusivamente um conceito econômico, senão antropológico. E o mesmo terá que afirmar sobre o conceito de mercado. Eles não foram elaborados para pensar primariamente uma economia de mercado, senão a sociedade, para encontrar um acordo entre liberdade e justiça. A afirmação da centralidade do mercado e da propriedade foi o caminho para superar o paradoxo hobbesiano.

A proteção social vinculada ao trabalho

Mas o direito de propriedade e a afirmação da centralidade do mercado não foram suficientes. Com as revoluções industriais e o crescimento da população, o Estado moderno teve que proteger todos os cidadãos, proprietários e não-proprietários. A solução não passou pela partilha da propriedade privada, e sim pela criação de proteções sociais. Assim se formou nossa atual sociedade de assalariados. Propriamente, não uma sociedade de iguais, mas de semelhantes, diferenciada e hierarquizada. O crescimento econômico e a inscrição dos indivíduos em novos coletivos protetores, como os sindicatos, fizeram possível esta transformação. Na medida em que as proteções sociais estão vinculadas, direta ou indiretamente, com o trabalho, a afirmação da centralidade deste último seguiu e complementou a afirmação da centralidade do mercado e da propriedade.

Processo de “descoletivização” e “reindividualização”

A partir daqui, podemos pensar em outro grande paradoxo da segurança. Sem as proteções sociais, que domesticam o mercado, resulta impossível garantir as liberdades civis e individuais. As proteções civis e as sociais não podem ser abordadas como duas esferas separadas e, muito menos, opostas. Em grande medida - diz Castel - só se poderá neutralizar o aumento da insegurança social se lhe dá, ou não, segurança no trabalho (aqui teria que se localizar o engano das políticas de tolerância zero).

A partir do final da Segunda Guerra Mundial, os processos de regionalização política (a Comunidade Européia) e de globalização da economia conduziram a uma debilitação do Estado e, conseqüentemente, à crise do Estado - benfeitor. Por outro lado, o desemprego maciço também debilitou as organizações coletivas. Encontramo-nos, assim, com um processo de descoletivização e de reindividualização que confere à insegurança uma nova fisionomia. Agora, a menos que procuremos um retorno ao estado de natureza, o Estado não pode renunciar a garantir as proteções civis e sociais. Deve assegurar que os indivíduos disponham das condições sociais para sua independência. Trata-se, como vimos, de uma exigência inscrita no coração da modernidade político-social. Por outro lado, a menos que se persiga um retorno a um sistema pré-moderno de segurança, um sistema de relações feudais, o Estado também deve assegurar que os indivíduos possam dispor das condições sociais para sua independência por direito próprio. As relações clientelistas - diz Castel - procuram potentes sistemas de proteção, mas se pagam com uma profunda dependência de seus membros. Por isso, uma sociedade de semelhantes só pode fundar-se em uma cidadania social por direito.

Em seu livro, o senhor diz que fariam falta novos organismos internacionais para regular a globalização. Pode ampliar a idéia?

Sim. Acima de tudo, acredito que a globalização afeta, particularmente, os países em vias de desenvolvimento, mas não somente estes. Acredito que existe uma espécie de ausência de regulação, uma crise de regulação que atravessa todo o mundo, ainda que seja mais grave e mais dramática em países como a Argentina. Isso não significa que não seja grave para os países do Primeiro Mundo. A questão é internacional e afeta igualmente às sociedades da Europa ocidental. Se nos pusermos do lado da justiça, da justiça social, podemos, efetivamente, denunciar o caráter exorbitante das dívidas externas, a forma como são impostos os pagamentos por essas instâncias internacionais, como o IMF ou o Banco Mundial. Por isso, não penso nas instâncias internacionais como existem, que se interessam, em primeiro lugar, pela liberalização econômica. Seriam justamente instâncias internacionais, como trata de fazê-lo, de certo modo, a Organização Internacional do Trabalho, capazes de administrar os intercâmbios internacionais, respeitando as exigências ecológicas e sociais da escala planetária. Mas, no estado atual, é um pouco utópico, sem dúvida prematuro.

Poderia objetar-lhe que criar novas regulações e fortalecer o Estado encarecerá o trabalho, criará mais desocupação e, finalmente, mais insegurança.

O Estado já não é o Estado que dominava os parâmetros de sua economia, como até os anos 1970, entretanto constitui, ainda, um limite contra o que Karl Polanyi¹¹ denomina a promoção do mercado auto-regulado, quer dizer, uma hegemonia total do mercado que só obedeceria às suas próprias exigências. É certo que assistimos a uma debilitação do papel regulador do Estado e por isso o Estado já não é a instância virtualmente única de fontes de proteção, de direitos sociais como pôde sê-lo na Europa Ocidental, depois da Segunda Guerra Mundial. Mas acredito que há um raciocínio perverso, em última instância: o raciocínio liberal segundo o qual as regulações sociais, os direitos sociais, a proteção social são unicamente obstáculos em relação à livre competência. É certo que põem freios à competição, mas por detrás está a questão do modelo de sociedade e do lugar que se concede ao mercado. Não compartilho, entretanto, com as posições do Toni Negri¹² e outros. O compromisso entre regulação e mercado é mais do que difícil, mas é a posição que deve ser defendida; inclusive contra certas posições de esquerda. De certo modo, parece-me que terá que aceitar o mercado. Não podemos pensar a sociedade contemporânea e a sociedade do amanhã sem uma forte presença do mercado. Parece-me que fazer de conta que o mercado não existe é uma má utopia. Não se pode acreditar que vai eliminá-lo com um golpe de varinha mágica ou um golpe de varinha revolucionária. Não é algo que seja possível ou que se possa contemplar na conjuntura atual. O mercado existe e tem aspectos positivos. A produção de riqueza não é um mal, mas justamente o contrário. A questão é a limitação, a restrição ou certa domesticação do mercado. Concordo com Karl Polany. Ainda que seu livro (*A grande transformação*, 1944) seja um pouco velho, acredito que ele analisou bem o problema.

Não encontrei em seu livro uma análise da relação entre a degradação do indivíduo por causa da insegurança e uma estigmatização de toda a sociedade, que você estudou em outros textos.

Seria uma prolongação absolutamente possível da análise. Falei do *status* do indivíduo e de sua degradação, porque acredito que se pode dizer isso, inclusive independentemente da psiquiatria. A insegurança social mina, fragiliza e, às vezes, destrói o *status* do indivíduo

¹¹ POLANYI, Karl, *A Grande Transformação*. As origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus. 2000 (2ª ed.) (Nota do *IHU On-Line*)

¹² Antonio Negri, juntamente com M. Hardt, é autor do livro *Império*. São Paulo: Record, 2001. (Nota do *IHU On-Line*)

impedindo-o de ter um mínimo de independência social. Gera patologias e submissão à psiquiatria; com o risco de trazer de volta casos psiquiátricos, problemas cuja origem é, acima de tudo, social.

Apesar dos múltiplos elos entre nossos países, não vemos, de parte da França, iniciativas como as que encontramos, por exemplo na Inglaterra, para apoiar a posição argentina sobre a dívida e sua renegociação.

Lamento-o e me parece, inclusive, que o que se chamou de crise argentina, faz dois anos, comoveu aqui muita gente. É um exemplo limite dos processos de degradação em um país que tinha muita proximidade com os países da Europa. Ao menos eu o senti dolorosamente, mas não sou o único. Dito isso, a pergunta que você faz e que é política: por que a França — ou seja, o governo francês — não dá suficiente importância a esta questão? Acredito que a questão se apresenta. Pessoalmente, lamento-o; também penso que se podem fazer muitas recriminações à forma como se dirige a política, atualmente, na França.

[\(Voltar ao índice\)](#)

Livro da Semana

A ECONOMIA E A FELICIDADE PÚBLICA

***Economia civile. Efficienza, equità, felicità pubblica.* Bologna: Il Mulino, 2004. 325p.**

*Reproduzimos, a seguir, um artigo de autoria de Luigi Cavallaro¹³, sobre o livro **Economia civile. Efficienza, equità, felicità pubblica**, Bologna: Il Mulino, 2004, escrito por Luigino Bruni e por Stefano Zamagni. O artigo foi publicado no jornal italiano **Il Manifesto**, em 14 de agosto de 2004. A tradução e os subtítulos são do **IHU On-Line**. Stefano Zamagni é professor de economia política na Universidade de Bologna, na Itália, na Johns Hopkins University, e professor de história do pensamento econômico na Universidade Bocconi, de Milão. É reconhecido como um dos mais importantes economistas italianos na atualidade, sendo considerado o pai da economia civil italiana. Foi um dos promotores do primeiro curso universitário sobre economia da cooperação, que funciona na faculdade de economia da Universidade de Bologna. Luigino Bruni é pesquisador de economia na Università di Milano Bicocca.*

A globalização colocou em crise o modelo, no qual as empresas produzem, e, depois, o estado redistribui, segundo critérios de equidade. Agora o desafio é o de elaborar uma ordem teórica que inclua atividades econômicas, políticas redistributivas e o princípio de reciprocidade que caracteriza a ação coletiva, sem deslizar para a perspectiva do “capitalismo filantrópico” ou do “Estado benevolente (paternalista)”.

Na análise dos dois estudiosos, as tecnologias liberam tempo de trabalho que pode alimentar a produção de bens relacionais e de um elo social baseado na cooperação, em vista da satisfação de necessidades que não encontram resposta no mercado. Mas, a sua proposta

¹³ Luigi Cavallaro é especialista em economia política, publicou vários ensaios e artigos em revistas e jornais, ocupando-se, principalmente de temas de história do pensamento econômico, macroeconomia e economia política. (Nota do **IHU On-Line**).